

Justiça concede medida protetiva à vereadora após série de ataques

Investigados também foram proibidos de frequentar a Câmara Municipal

Por Moara Semeghini

O Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo determinou medidas protetivas em favor da vereadora Guida Calixto (PT), após uma sequência de episódios envolvendo perseguição, intimidações e constrangimentos contra ela e integrantes de sua equipe, tanto em espaços públicos quanto na Câmara Municipal de Campinas.

A decisão proíbe três homens investigados (Herick Renato Brenelli, Israel Grigorio Lopes Júnior e Miqueias Augusto de Carvalho Pereira) de se aproximarem da parlamentar a menos de 100 metros, além de vetar qualquer tipo de contato, inclusive por meios digitais. Os três investigados também estão impedidos de frequentar a Câmara Municipal de Campinas.

A medida foi concedida pela juíza Maria Raquel Campos Pinto Tilkian Neves, que reconheceu indícios de violência política de gênero no caso. A magistrada entendeu que houve práticas de assédio, constrangimento e perseguição em razão da condição de mulher da vereadora e do exercício de seu mandato. “A Justiça concedeu medida cautelar contra aquele grupo que vinha perseguindo e ameaçando nosso mandato em Campinas e que é ligado à cultura red pill (ideologia divulgada

na internet por grupos de homens que acreditam ser oprimidos pelas mulheres; termo é associado a discursos misóginos e de ódio contra mulheres). Com isso, eles não poderão mais se aproximar, garantindo nossa integridade física. É um passo importante no enfrentamento a práticas de intimidação, ameaça e misoginia contra mulheres na política.”, disse a vereadora.

“Esse avanço não diz respeito apenas ao nosso mandato, mas à luta de todas as mulheres em um contexto ainda tão difícil. A violência política de gênero e esse tipo de atuação precisam ser enfrentadas e não podem ser naturalizadas. Seguimos firmes na luta por respeito, segurança e pelo direito de ocupar todos os espaços”, afirmou Guida Calixto.

Na decisão, foi aplicada uma abordagem baseada na proteção



Guida Calixto (PT) - à esquerda - durante Debate Público sobre Violência de Gênero

Álvaro Júnior/Câmara de Campinas

Lopes, focou na paridade de gênero e na criação de estratégias locais para fortalecer as redes de proteção e prevenir o feminicídio.

Na ocasião, o grupo retornou à Câmara acompanhado de outras pessoas, tentou acessar o gabinete e voltou a abordar assessores, com gravações e intimidações.

A parlamentar levou o caso à tribuna da Câmara, onde denunciou publicamente os episódios de perseguição e ameaças. Segundo ela, as ações estão relacionadas ao Projeto de Lei nº 70/2026, que propõe a criação de um sistema municipal de enfrentamento ao feminicídio, incluindo mecanismos de monitoramento de agressores.

O que é a chamada “cultura red pill”

Antes de comentar a decisão judicial, a vereadora mencionou que os investigados estariam associados à chamada “cultura red pill”. A “cultura red pill” é um conjunto de crenças e ideologias disseminadas por comunidades masculinas, principalmente na internet, que acredita em uma suposta realidade onde homens seriam oprimidos pelas mulheres e pela sociedade moderna e que promove a manutenção de privilégios históricos masculinos.

Especialistas apontam que esse discurso pode fomentar a misoginia e a violência contra as mulheres, contribuindo para uma cultura que normaliza o assédio e a agressão, e contribuir para a normalização de comportamentos de hostilidade, assédio e violência contra mulheres.

Pesquisas indicam o discurso red pill como perigoso e misógeno, que pode levar à violência real, assédio e outros crimes contra mulheres, podendo, em muitos casos, culminar no feminicídio.

Influenciadores deste seguimento já foram associados a ameaças e violência, com discursos que escondem crimes utilizando uma suposta “liberdade de expressão”.

O termo tem origem no filme Matrix, no qual a “pílula vermelha” simboliza o despertar para uma suposta “verdade oculta”.



Red pill: pode culminar em violência e feminicídio

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Ato pelo fim da violência contra mulheres em SP

Marcelo Camargo/Agência Brasil

Combate ao feminicídio

Os episódios tiveram início durante uma ação de conscientização sobre o combate ao feminicídio, na região central de Campinas. Na ocasião, assessoras da vereadora distribuíam materiais informativos quando foram abordadas por três homens que passaram a filmá-las sem autorização, fazendo provocações de cunho político e intimidatório. A Polícia Militar foi acionada.

No dia seguinte, o mesmo grupo esteve em uma escola onde havia um outdoor relacionado à campanha da parlamentar. De acordo com relato, houve constrangimento ao diretor da unidade, com exigência de retirada do material.

Ainda naquele dia, os homens foram até o gabinete da vereadora, onde teriam gravado vídeos e feito ameaças a uma assessora.

da vítima, considerando o risco de continuidade e agravamento das condutas. Também foi determinada a remessa do caso à Delegacia de Defesa da Mulher, além da solicitação de imagens e áudios da recepção da Câmara em datas específicas em que os episódios teriam ocorrido.

Segundo Guida Calixto, mesmo após o registro das ocorrências, em março, as ações do grupo continuaram. “Depois dos casos denunciados na delegacia, eles seguiram com as intimidações, gravando vídeos, frequentando sessões e circulando por gabinetes, sempre com provocações”, afirmou.

Na ocasião, a Câmara Municipal de Campinas divulgou nota condenando “qualquer tipo de agressão, física e moral, principalmente contra as mulheres” e informou estar à disposição para ajudar na investigação.